

TSE tenta impedir propaganda em rádios-pirata

Taciana Collet

De Brasília

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o Ministério das Comunicações trabalharão em conjunto para impedir a divulgação de propaganda eleitoral em rádios-pirata. O ministro das Comunicações, Pimenta da Veiga, levou ontem para a justiça eleitoral a relação de todas as emissoras de rádio e TV que estão autorizadas a funcionar. A propaganda gratuita dos candidatos a prefeito e vereador começa a ser veiculada no próximo dia 15.

Estima-se que cerca de dez mil rádios funcionam clandestinamente em todo país. A preocupação da Justiça é com o uso eleitoral dessas emissoras. "A lista repassada pelo ministério é importante porque viabiliza o controle do uso do rádio por parte dos candidatos", afirmou o presiden-

te do Tribunal Superior Eleitoral, José Néri da Silveira.

A fiscalização ficará por conta dos juízes eleitorais em cada Estado. Ao localizar uma rádio clandestina, a justiça avisará o Ministério das Comunicações. "Se chegar ao nosso conhecimento, fechamos imediatamente. Vamos unir os esforços para alijar essas rádios do processo eleitoral", afirmou o ministro Pimenta da Veiga.

A propaganda eleitoral gratuita, que começa dia 15, vai até o dia 28 de setembro (48 horas antes das eleições). No total, haverá uma hora e meia por dia de propaganda eleitoral. Serão dois blocos de meia hora veiculados às 13h e às 20h30 na televisão, e às 7h e às 12h no rádio. Haverá ainda trinta minutos diários de pequenas inserções que vão ser distribuídas ao longo da programação, das 8h às 24h.

Os candidatos a prefeito têm espaço reservado às segundas, quartas e sextas. Já os candidatos a vereador veicularão as propostas nas terças, quintas e sábados. Não haverá propaganda eleitoral no domingo.

A Justiça Eleitoral proibiu o uso de trucagem, montagem e de qualquer recurso de áudio ou vídeo com o objetivo de ridicularizar candidato, partido ou coligação. Quem descumprir a regra, fica sujeito à perda de tempo equivalente ao dobro do usado para divulgar a propaganda irregular.

"Esperamos que os candidatos utilizem o espaço gratuito para divulgar suas idéias e programas pelo convencimento e não pela utilização de práticas irregulares", disse Néri. Os programas eleitorais serão gravados e o material ficará, durante um certo período, no arquivo das emissoras à disposição da justiça eleito-

ral para servir como prova dos abusos ou crimes que podem ser cometidos.

Seguindo a determinação de evitar abuso do poder econômico nas eleições, o Tribunal Superior Eleitoral iniciou ontem uma campanha institucional agressiva para orientar o eleitor a não votar em candidato que tenta comprar o voto. O TSE também vai pedir que a população denuncie qualquer irregularidade ao Ministério Público. "Iniciamos uma cruzada cívica para reduzir o uso da máquina administrativa nas eleições", disse Néri.

A estratégia para chamar a atenção do eleitorado foi elaborar uma propaganda atrativa, em forma de novela, com atores conhecidos. Cada filme, de 15 segundos a um minuto, mostrará um capítulo da história da família Bandeira — típica representante da classe média brasileira.